

INDETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO EM UM DEBATE ELEITORAL: O PARADOXO COMO NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES DISCURSIVAS*

Carla MARTINS

Fundação Oswaldo Cruz

RESUMO

Este artigo tem como objeto a indeterminação paradoxal entre “concordar” e “criticar” em um debate político, analisada em termos de mitigação e intensificação de identidades discursivas da estrutura de participação. O artigo aponta ainda a possibilidade de tratar o paradoxo como fenômeno relevante à negociação dos enunciados nos eventos discursivos.

ABSTRACT

This paper analyses paradoxical indeterminacy between “agreeing” and “criticizing” in a political debate, in terms of mitigation and intensification of participation framework identities. The paper also discusses the possibility of treating paradox as a relevant phenomena in other discursive events.

PALAVRAS-CHAVE

indeterminação do significado, paradoxo, estrutura de participação, footing, debate político

KEY-WORDS

meaning indeterminacy, paradox, participation framework, footing, political debate

Introdução

É corrente, nos estudos sócio-discursivos e pragmáticos, a perspectiva da indeterminação como um fenômeno inerente aos proces-

sos de interpretação e constituição dos significados.

A indeterminação, nas áreas mencionadas, configura-se como um resultado de processos culturais-discursivos – de acordo com os estudos etnográficos e sociolinguísticos (Tannen, 1981; Gumperz, 1982a e 1982b; Erickson e Shultz, 1982; Chang, 1999) - ou de processos dedutivo-interpretativos – conforme aponta a pragmática (Green, 1996; Dascal, 1999; Weigang, 1999).

Embora nem todos os estudos do primeiro grupo se contraponham à pragmática de Grice, é de se observar que, na interpretação e produção dos enunciados e atos verbais, eles dão destaque a outros fatores que não a dedução racional dos significados. Algumas análises (Moura, 1999; Martins, 2002), inclusive, questionam diretamente o conceito de racionalidade griceano no tratamento do fenômeno em foco.

Uma consequência deste questionamento à pragmática griceana é considerar o paradoxo como objeto relevante aos estudos sócio-discursivos. A perspectiva griceana não comporta este tipo de indeterminação, na medida em que apresenta uma visão apriorística do contexto, uma perspectiva harmoniosa de comunicação e uma noção de significado como entidade estável. Neste sentido, a pragmática abre espaço apenas para a consideração dos fenômenos do “mal-entendido” ou da “indiretividade”: no primeiro, há uma dedução incorreta das intenções do falante pelo ouvinte; no segundo, há uma ambigüidade decorrente da interpretação de um ato de fala indireto. Ou seja, a pragmática griceana, embora considere que o significado deve ser deduzido pelo ouvinte, incorpora a indeterminação apenas como uma disjunção (*um ou outro significado*) (Martins, *op. cit.*).

Em contraposição, a noção de paradoxo - uma conjunção de significados opostos (*um e outro significado*) - exige uma perspectiva dinâmica do contexto, desconsidera a harmonia como condição de comunicação e opera com o significado como uma negociação interacional. No panorama das referências teóricas dos estudos sócio-discursivos, Bateson (1972) nos remete à indeterminação paradoxal como um conceito relevante à interação verbal, ao apontar o “duplo víncu-

lo” como característico de inúmeras instâncias comunicativas. Assim, para este autor, a resolução da indeterminação paradoxal não é fundamental para que a comunicação seja bem-sucedida; na verdade, esta pode ocorrer exatamente através do duplo vínculo.

Tendo sido apontada a relevância da indeterminação paradoxal para diversos eventos sócio-discursivos, coloca-se para a sociolinguística a necessidade de explorar este fenômeno, tanto enfocando seu papel nos eventos discursivo-culturais, quanto investigando sua construção nesses mesmos eventos. Tal necessidade, por sua vez, exige a reelaboração de teorias e metodologias no campo dos estudos sócio-discursivos, especialmente no que concerne ao conceito de racionalidade griceano.

Neste sentido, o presente artigo discute duas instâncias de indeterminação paradoxal entre as ações de “concordar” e “criticar” em um debate político-eleitoral. O artigo indica as projeções de estrutura de participação (Goffman, 1981; Schiffrin, 1990) como uma noção analítica relacionada à negociação sócio-discursiva deste tipo de indeterminação.

Cabe reiterar, conforme se evidencia pelas tradições mencionadas, que a análise tem como objeto a indeterminação do significado de natureza sócio-discursiva, e não semântica (Illari, 1997). Embora possa estar calcada em alguns processos semelhantes aos estudados hoje pela semântica (Green, 1996; Scliar-Cabral, 2002), a indeterminação paradoxal em foco diz respeito à totalidade do discurso, e não a itens lexicais ou sentenças, relacionando-se a outros fenômenos de natureza discursiva e/ou pragmática, como “ambigüidade pragmática e/ ou discursiva” (Blum-Kulka e Weizman, 1988; Green, 1996; Illari, 1997; Fredsted, 1998; Wajnryb, 1998) e “ambivalência” (Brown e Levinson, 1987; Leech, 1977, *apud* Wajnryb, 1998).

O artigo se divide em três seções. Na primeira, discutimos a metodologia e as categorias analíticas, sustentando o *footing* (em termos de projeções de estrutura de participação) como relevante à definição das ações verbais e, portanto, ao tratamento da indeter-

minação paradoxal. Na segunda seção, analisamos a negociação de duas instâncias de indeterminação paradoxal entre as ações verbais de “concordar” e “criticar” no evento em questão. Por fim, apontamos algumas questões que a presente análise suscita para os estudos lingüístico-discursivos da indeterminação do significado, especialmente a de caráter paradoxal.

1. Metodologia e categorias analíticas

Nossa análise considera como princípio analítico dos eventos sócio-discursivos a noção de “enquadre” (Goffman, 1974; 1981). O enquadre refere-se a uma metacomunicação sobre “o que está acontecendo na interação” ou sobre “o que está sendo feito pelos participantes”, sob o ponto de vista dos mesmos. Assim, o enquadre contempla os princípios através dos quais as situações de fala são definidas e sustentadas como experiência ou através dos quais a experiência é socialmente organizada. O enquadre, enquanto categoria estruturadora da experiência, busca captar vários níveis de organização da interação. Ou seja, o tipo de tomada e alocação do turno, a estrutura de tópicos, a natureza das ações verbais e os papéis desempenhados pelos participantes são definidores e definidos pelo enquadre.

O conceito de enquadre se vincula ao de *footing*, a categoria analítica de nossa investigação. O *footing* diz respeito ao alinhamento que os participantes projetam para si mesmos e para os outros, em relação à estrutura de participação e aos formatos de produção da fala (Goffman, 1981). Portanto, enquadre e *footing* são conceitos interligados, pois uma situação é definida também a partir do alinhamento dos participantes em relação aos enunciados e aos outros participantes. Por esta razão, uma mudança de *footing* pode ocasionar uma mudança na definição da situação de fala ou vice-versa. Goffman indica, inclusive, que “discutir mudança de *footing* é discutir, com outras

palavras, uma mudança de enquadre” (Goffman, *op. cit.*: 128).

Cabe observar que enquadre e *footing* não são noções relativas à classificação estática das atividades lingüístico-discursivas em dada sociedade e/ou comunidade. Tanto o enquadre quanto o *footing* referem-se aos processos dinâmicos de emprestar determinados significados às atividades verbais, indiciados, no caso do presente trabalho, por pistas lingüístico-discursivas. Neste sentido, em termos de análise, as noções de enquadre e *footing* se traduzem pelos verbos “enquadrar” e “projetar (um *footing*)”.

Em nossa análise, a organização do *footing* diz respeito especialmente às projeções da estrutura de participação nos enunciados, expressas nos conceitos de “animador” (*animator*), “autor” (*author*), “responsável” (*principal*) e “figura” (*figure*). O animador é o aspecto do falante relativo à produção físico-acústica da fala. O autor é o responsável pelo conteúdo da fala. A figura diz respeito à imagem projetada pelo falante no discurso, pertencendo, assim, ao mundo sobre o qual se fala e não ao mundo no qual a fala ocorre. Por fim, o responsável é aquele cuja posição ou cujas crenças são expressas pelo enunciado, ou ainda é aquele que se beneficia com o dito. Em suma, o animador produz a fala, o autor cria a fala, a figura é descrita pela fala e o responsável é comprometido com a fala. Tais papéis são projetados tanto para a produção quanto para a recepção (Goffman, *op. cit.*).

Vejamos exemplos destas projeções de papéis em dois segmentos de nossos dados. O *corpus* consiste de um debate eleitoral televisivo de três horas e meia de duração, ocorrido durante a eleição presidencial brasileira de 1989. O debate constituiu um dos eventos marcantes desta eleição, primeira após um longo período de ditadura (1964-1979)¹.

O exemplo 1 reproduz um questionamento sobre o tópico ‘capital estrangeiro’. Neste exemplo, o candidato Covas constrói, na sequência inicial de seu turno (linhas 1 a 6), uma citação da fala de outro participante (Lula). Tal citação se baseia na intensificação do falante (Covas) no papel de animador e na intensificação do outro (Lula) nos papéis de autor e responsável. Tal estrutura de participação está indicada pela menção à fonte e às datas (linhas 1 e 2) e pelo emprego dos

verbos “perguntado” e “explicou” (linha 3).

Uma mudança nas projeções destes papéis pode ser identificada a partir da linha 7, em que Covas se projeta como autor e responsável em relação à pergunta (‘eu gostaria de saber’, linha 7). Ele também projeta Lula para as posições de autor e responsável em relação à recepção da fala (através da ênfase em ‘preconiza’, linha 9):

Exemplo 1:

Covas:

- 1 Lula, Folha de São Paulo, três de maio de oiten:ta e no:ve, subscri-
to José Carlos Camargo.
- 2 (Almoço) Câ::mara Comer::cio: Brasil Estados Unidos.
- 3 Em determinado instan:te, perguntado a respeito do capital
estrangerei:ro, você explicou.
- 4 É imbecil quem pensa que o país pode se desenvolver sem esse tipo
de ajuda.
- 5 Só é preciso determinar algumas regras,
- 6 pra que ninguém seja enganado por ninguém.
- 7 Eu gostaria de saber,
- 8em face dessas afirmativas,
- 9 quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital
estrangeiro. =

Portanto, neste exemplo, a seqüência inicial do turno (linhas 1 a 6) ilustra a projeção do papel de animador (em relação à produção) para Covas, e de autor e responsável (em relação à recepção) para Lula. A seqüência final do turno, representada na pergunta (linhas 7 a 9), exemplifica a projeção de autor e responsável para Covas (em relação à produção da pergunta) e dos mesmos papéis para Lula (em relação à recepção).

O exemplo 2 constitui uma resposta sobre o tópico ‘papel do Estado’. Neste exemplo, o candidato Afif Domingues inicia o turno se projetando nos papéis de autor e responsável. Tal projeção é indicada

pelo uso do pronome ‘eu’ em ‘eu acho que’ (linha 1).

É relevante apontar o contraste entre este enunciado e o seguinte (linha 2), no qual o candidato se projeta no papel de animador e projeta para os outros o papel de autor. Esta projeção de estrutura de participação é sinalizada pela mudança na estrutura de sujeito (em ‘estava se discutindo’) e pela descida de tom.

Uma última mudança no *footing*, neste segmento, ocorre no início do próximo enunciado (linha 3), no qual o candidato se projeta novamente nos papéis de autor e responsável. Deve-se observar o uso do verbo ‘ter (que)’, indicando que o candidato está diretamente comprometido com a fala em questão. A mudança de *footing* é sinalizada pela mudança de tom (neste caso, uma subida). Assim, na linha 3, embora o candidato implique outros participantes pelo uso do pronome ‘nós’, está representado o tópico com o qual o candidato está comprometido como autor e responsável.

Exemplo 2:

Afif:

- 1 Eu acho que antes de mais nada o Estado,
- 2 \e aqui estava se discutindo sobre o problema de empresas estatais,
\o papel da empresa estatal,
- 3 /nós temos que em primeiro lugar definir qual é o papel do Estado.

Portanto, neste segundo exemplo, a sequência inicial do turno (linha 1) ilustra a projeção dos papéis de autor e responsável para o falante. A seguir, uma mudança de *footing* pode ser observada, na qual o falante, por um lado, mitiga sua relação com o tópico, como autor e responsável, e, por outro lado, intensifica sua relação com o mesmo tópico, como animador (linha 2). A sequência final do turno (linha 3) exemplifica outra mudança de *footing*, na qual o falante enfatiza sua relação com a fala como autor e responsável.

Conforme se observa a partir dos exemplos, o *footing* apresenta uma complexidade relativa aos próprios processos de construção

das estruturas de participação. A título de ilustração desta complexidade, apontamos que os processos de construção de *footing* abrem as possibilidades, por exemplo, de a) os diferentes papéis não serem ocupados pelos mesmos participantes em uma sequência de enunciados; b) se compartilharem papéis entre diferentes participantes; e c) se encaixarem papéis dentro de outras estruturas de participação.

Schiffrin (1990) traduz esta complexidade da construção do *footing* em termos de processos de mitigação e ênfase. Analisando a ação de ‘opinar’, a autora aponta que, nesta ação verbal, mesmo havendo uma projeção do falante tanto para o papel de autor quanto para o de responsável, ocorre uma redução do compromisso com os fatos enquadrados na figura discursiva do autor e uma intensificação das posições mostradas no papel de responsável. Em função desta estrutura de participação, as opiniões são ações verbais que negociam a verdade e a sinceridade em uma argumentação. Em outras palavras, as opiniões libertam o falante (como autor) de um compromisso com a verdade e enfatizam o compromisso (como responsável) com a sinceridade.

Neste artigo, consideraremos a mitigação e intensificação de papéis da estrutura de participação como um elemento central nos processos de enquadramento e como uma forma de negociação na argumentação. Contudo, nossa abordagem diverge do estudo de Schiffrin em dois aspectos.

Em primeiro lugar, analisamos as projeções de estrutura de participação não só em relação à produção, mas também em relação à recepção, conforme indicado originalmente por Goffman (1981). Schiffrin, embora considere a pertinência de analisar as projeções de *footing* tanto para a produção quanto para a recepção da fala, não o faz no estudo mencionado.

Em segundo lugar, nossa descrição da estrutura de participação almeja analisar a negociação da indeterminação entre ações verbais, e não a negociação de uma só ação verbal determinada. Tal objetivo

parte da consideração dos enquadres como organizações “vulneráveis”, também de acordo com o proposto originalmente por Goffman (1974). Por coerência com o quadro teórico, é de se supor que as projeções de estrutura de participação devem ser consideradas na análise da indeterminação, na medida em que definem as relações de falantes e ouvintes entre si e com os enunciados, nos processos de enquadre.

2. A indeterminação paradoxal entre concordar e criticar

Uma primeira instância de indeterminação paradoxal entre as ações de concordar e criticar se observa no segmento 1, dividido, por motivos de clareza, em três sub-partes. Este segmento inicia com um turno do candidato Leonel Brizola, reproduzido abaixo em 1a.

Segmento 1a:

Brizola:

- 1 [dec] Nós sabemos a situação a que chegou o Governo Sarney.
- 2 Tornou-se um desastre.
- 3 E agora, uma: ... vergonha nacional, com as recentes viagens que realizou ..na Europa, França.
- 4 A inflação nestes níveis,
- 5 como:: será este mês, ..mês que vem,
- 6 nós estamos tocando na chamada hiperinflação, isto é, no descontrole,
- 7 /e o povo brasileiro precisa [campainha]...indispensavelmente chegar às eleições. (1.1)
- 8 Qualé, deputado, (1.4) a sua sugestão neste momento da vida nacional,
- 9 já que o senhor tem levantado algumas idéias a esse respeito. ...
- 10 Para chegarmos às eleições. (1.2)

Nas linhas 1 a 6, Brizola constrói um consenso (marcado por “nós sabemos”, linha 1) a respeito do tópico “o desastre do governo”. Na linha

7, o candidato projeta o “povo brasileiro” como figura, se alinhando com o mesmo. Ainda nesta linha, Brizola introduz o tópico “eleições”, construindo um novo consenso (sobre a necessidade de o povo chegar às eleições). Por fim, nos enunciados 8 a 10, o candidato elabora uma pergunta a outro candidato, Roberto Freire, ainda sobre o tópico “eleições”, tendo como pressuposto fundamental “As eleições estão em risco”.

Na resposta, apresentada no segmento 1b abaixo, Freire negocia uma indeterminação entre concordância com e crítica a Brizola. Esta indeterminação pode ser identificada especialmente no enunciado 5, foco de nossa análise.

Segmento 1b:

Freire:

1 Olha:, inicialmente eu acho que: essas eleições não correm risco.....

2 E:: elas se inserem até: numa solução da crise.

3 Dificilmente alguém viria: .. em nome da crise, a::pontar uma solução de adiamento das eleições.

4 Ao contrário, ...eu acho que: as eleições se inserem exatamente numa dessas perspectivas.

5 /Agora, é evidente que nós não podemos assistir ao desgoverno que está aí.

6 Eu diria mais.

7 Nós estarmos assistindo até a ausência do governo,

8 que é mais grave,

9 porque:: essa crise,

10 se nós não tivermos uma intervenção,

11 por pior que ela seja,

12 é melhor do que a ausência, ...do que a inapetência, do que a: inviabilidade de um governo.

13 Nós podemos entrar em quadros caóticos, que

14 mesmo não inviabilizando essas eleições,

15 possam inviabilizar a estabilidade democrática.

16 Porque eu não tô preocupado apenas,

17 \e acho que o povo brasileiro, e que você, cidadão, não tá preocupado
 apenas com essas eleições agora de 89.
 18 Nós vamos ter que estar preocupados com as sucessivas eleições, ...né,
 19 as eleições que façam as sucessões.
 20 Nós precisamos estar preocupados com as eleições de governador, de
 prefeitos,
 21 nós precisamos estar preocupados com a prática democrática que nós
 nunca tivemos.
 22 E nesse sentido a crise tem que ser enfrentada.
 23 Eu até levantaria que o plano de emergência que nós temos .. é:: para
 implementar () do governo,
 24 seria importante até que esse governo adotasse,
 25 eu acho que ele deveria suspender o pagamento do serviço da dívida,
 é:: até:: a posse do novo minis-do novo presidente, ...
 26 porque aí o presidente tomaria a medida que bem entendesse.
 21 Ele poderia alongar o perfil dessa dívida interna,
 28 ele poderia aplicar uma política salarial,
 29 ele poderia dar dar subsídios para uma cesta básica,
 30 resolver problemas básicos daí da sociedade
 31 para evitar o quadro caótico do ponto de vista econômico.
 32 (Eu diria até mais), até por responsabilidade com todo o processo de
 transição,
 33 ele que foi escolhido para fazer esse processo de transição, e que la-
mentavelmente,
 34 \e aí é verdade ..
 35 [dec] tá levando este país a uma situação completamente caótica,
 36 que nós estamos aí assistindo,
 37 [dec].. com graus evidentes de desgoverno ..muito sérios.

Neste segmento 1b, a resposta de Freire inicia, nos enunciados 1 a 4, com uma crítica a Brizola: Freire nega o pressuposto da pergunta, afirmando que “essas eleições não correm risco”. Neste sentido, Freire deslegitima Brizola como animador (de um consenso) e autor (de uma pergunta).

Após esta crítica, no enunciado 5, Freire re-introduz o tópico “desastre do governo”. Esta re-introdução do tópico está vinculada a um reenquadre, modificando a ação em curso (no caso, criticar). A mudança de enquadre é indicada pelo marcador discursivo “agora” e pela elevação do tom. Ambos são pistas lingüísticas para a mudança de projeção de identidades discursivas, mudança que marca, neste turno, a negociação da indeterminação paradoxal entre concordar e criticar. Esta negociação se baseia na intensificação do papel de animador, e na mitigação dos papéis de autor e responsável projetados para o adversário.

Por um lado, Freire corrobora a fala de Brizola a respeito do tópico “desastre do governo”, projetando-a como uma capacidade de o adversário ser porta-voz de algo relevante aos eleitores. Neste caso, a expressão “é evidente” é uma intensificação do consenso animado pelo outro candidato, podendo ser interpretada simplesmente como uma concordância com Brizola.

Por outro lado, esta mesma expressão “é evidente” pode ser interpretada como uma mitigação de Brizola como autor: Brizola apenas animou algo óbvio. Freire enquadra, portanto, uma dimensão positiva da pergunta de Brizola – o consenso – como uma dimensão negativa – a falta de originalidade. Neste sentido, Freire elabora uma crítica.

Embora tenhamos, por motivos de clareza, polarizado as ações, devemos reiterar que as duas estão entrelaçadas, na medida em que a intensificação da projeção do outro como animador leva, ao mesmo tempo, a uma concordância e a uma crítica. Assim, não se observa aqui uma ambigüidade entre duas ações, em que uma ação se realiza através de outra – fenômeno característico, por exemplo, da indiretividade relacionada à preservação da face. Ou seja, não se observa, neste caso, uma disjunção de significados, mas sim uma conjunção, já que um mesmo processo origina duas ações opostas interligadas.

O restante do turno de Freire consiste de movimentos de enquadramento dos tópicos propostos por Brizola como restritos ou perti-

nentes. Neste sentido, os enunciados seguintes constituem também instâncias de negociação entre concordar e criticar.

A crítica é reiterada nos enunciados imediatamente seguintes (linhas 6 a 21), pelo enquadramento da pergunta elaborada por Brizola como restrita, ou seja, de Brizola como um animador incompetente. Assim, na linha 6, a expressão “eu diria mais” projeta o enunciado de Freire (na linha 7) como uma extensão da perspectiva (restrita) de Brizola. A expressão “que é mais grave” (linha 8) também marca a incapacidade de Brizola como animador de um tópico de maior alcance político. Na linha 14, Freire volta a marcar esta perspectiva, pois deve-se pensar nos desastres do governo “mesmo não inviabilizando essas eleições”, o que constitui uma citação indireta de Brizola. O enquadramento da pergunta de Brizola como limitada é indicada, ainda, nos enunciados em que Freire se dirige diretamente ao eleitor (“porque eu não tô preocupado apenas, e acho que o povo brasileiro, e que você, cidadão, não tá preocupado apenas com essas eleições agora de 89”, nas linhas 16 e 17), em que Freire elabora, mais uma vez, uma citação indireta a Brizola.

Já a concordância com a fala de Brizola é re-elaborada nos enunciados 22 a 34, em que Freire corrobora a necessidade de se enfrentar “o desastre do governo” e “a ameaça às eleições”, afirmando que a crise tem que ser enfrentada e sugerindo formas de enfrentamento. Cabe apontar que a concordância está mitigada pelas expressões “nesse sentido” (linha 22) e “aí” (linha 34). Estas expressões – ambas metáforas espaciais – restringem o campo de concordância de Freire com a fala de Brizola.

A negociação da indeterminação entre concordar e criticar se estende à réplica de Brizola. Nesta, Brizola desconsidera a faceta de crítica construída pela resposta de Freire, destacando apenas a de concordância. Este enquadramento da resposta de Freire por Brizola pode ser observado especificamente no primeiro enunciado da réplica (em negrito, no segmento 1c). O turno de Brizola, portanto, negocia com as duas ações presentes no turno de Freire, estendendo e sustentando a negociação da indeterminação.

Segmento 1c:

Brizola:

Eu: ... gostaria apenas de dizer que ... a resposta do deputado Freire, seus comentários, ... mostram o quanto é oportuna essa: .. questão- essa preocupação nossa sobre a situação que vive nosso país.

A Argentina chegou às eleições com água por aqui.

Finalmente chegou,

tem um presidente legítimo,

há um marco na vida do país,

e nós estamos vendo uma situação..profundamente preocupante, ...

porque o Governo Sarney chegou ... à própria ..ineficácia

Exauriu-se. ...

Eu creio francamente que nós devíamos promover uma discussão..entre os presidentes de partido,

autoridades do Congresso, (1.5)

algumas entidades importantes, ..

representantes do trabalho, ...

da produção,

do empresariado, (1.1)

sem as autoridades executivas numa primeira fase,

para que pudéssemos conversar [campanha] com mais liberdade. (1.2)

/E depois levamos ao governo, (1.4) com as pressões, enfim, ... a ajuda da opinião pública,

fazendo com que o governo Sarney (2.0) pudesse ... gerir ... com um mínimo de eficácia ... o governo do país,

e chegarmos às eleições.

Em suma, ao longo de todo o segmento, ocorre a negociação de uma indeterminação paradoxal com base nas projeções de estrutura de participação. Na pergunta a Freire, Brizola cria um consenso e, portanto, uma imagem positiva de senso de coletividade para os eleitores. Na resposta, Freire reenquadra esta ação, negociando movimentos de crítica e concordância (mitigada) em rela-

ção à resposta de Brizola. Esta indeterminação, que se estende por todo o turno de Freire, é particularmente condensada no enunciado 5 e especialmente sinalizada na expressão “é evidente”. Neste enunciado, Freire aceita o tópico proposto pelo adversário, mas, ao mesmo tempo, transforma o consenso animado pelo adversário em falta de originalidade. Ou seja, Freire intensifica Brizola como mero animador de uma obviedade e o mitiga como autor. A resposta de Brizola corrobora a existência desta indeterminação e de sua natureza negociada, ao dar destaque exatamente ao caráter legitimador da resposta de Freire.

Uma segunda instância de indeterminação entre concordância e crítica se encontra no segmento 2, cujo tópico central é “privatização”. Nesse segmento, Afonso Camargo tem direito ao turno, mas não consegue elaborar um posicionamento sobre o tópico - e, portanto, marcar-se como autor e responsável - em função de três turnos sucessivos dos adversários (turnos B, D e F). O enunciado indeterminado em foco está marcado com uma seta:

Segmento 2:

(A) Camargo: {continua}

porque:: essa ineficiência do: do: .. governo: ...brasileiro tá fazendo com que todos nós nos aproximemos é: de uma: linha: privatista.

Todos nós.

(Quer dizer) e:: e:: o temor que eu tenho (1.3)

(B) Freire: Eu não. =

(C) Camargo: = (Não, mas entre::)

De qualquer forma, vamo dizer o seguinte.

A Constituição...que nós todos assinamos dirá que a ordem econômica se fundamenta na na valorização [acc] do trabalho humano, [dec] e na livre iniciativa.

Agora::=

(D) Brizola: =Pois é. Sim,=

(E) Camargo: = Pois é, mas há [um papel -

(F) Brizola: [Sim, (2.2) ←
[risos da platéia]

(G) Camargo: Podemos fazer essa roda toda aqui?=[risos da platéia]

(H) Marília: =Não. () [várias falas sobrepostas]

[/O senhor pode concluir. [risos da platéia]

(I) Camargo: [Da minha parte não tem nenhum problema. [Só quero saber se pode.

(J) Marília: [O senhor pode concluir.

No turno A, Afonso Camargo constrói inicialmente um consenso (confira a ênfase em “todos nós”), seguido do início de um posicionamento sobre o mesmo (“e o temor que eu tenho”). Neste ponto, ocorre uma (primeira) interrupção: uma crítica da parte de Roberto Freire (turno B).

Após esta interrupção, Afonso Camargo retoma a palavra no turno C. Neste, Afonso fornece uma informação a respeito do tópico “Constituição”, novamente projetando sua fala como consensual (“nós todos assinamos [a Constituição]”). Após esta informação, Afonso tenta iniciar, mais uma vez, com o uso do marcador “agora”, um posicionamento sobre o tópico. Neste ponto, Brizola introduz um turno (D), legitimando a informação fornecida por Afonso. Entretanto, esta (possível) concordância impede que Afonso conclua seu posicionamento, podendo se configurar, assim, como uma segunda interrupção.

Ao retomar a palavra, no turno E, Afonso Camargo legitima a fala de Brizola (repetindo o marcador discursivo “pois é”, empregado por

Brizola) e elabora, neste mesmo turno, uma terceira tentativa de concluir (observe-se o uso do marcador discursivo de transição “mas”). Entretanto, no turno F, Brizola, ao introduzir mais um turno, impede que Afonso elabore seu posicionamento pela terceira vez.

Por um lado, estes dois turnos produzidos por Brizola (D e F), especialmente o primeiro, podem ser interpretados como uma concordância. Neste sentido, as falas de Brizola constituem turnos de legitimação da fala de Afonso Camargo.

Por outro lado, estes dois turnos podem ser enquadrados como uma crítica da fala de Afonso Camargo: a concordância “precipitada” de Brizola, na verdade, deslegitima todo o turno subsequente, por enquadrá-lo como “previsível”. Ao concordar com o posicionamento antes de o adversário concluir, Brizola sugere que este posicionamento não é original. Além do local inadequado, a própria tomada de turno também contribui para enquadrar esta fala como uma crítica, já que, neste ponto, Brizola não teria direito à palavra.

Mais uma vez, apontamos que as duas ações estão interligadas, pois a intensificação da animação produzida pelo outro leva, ao mesmo tempo, a uma concordância e a uma crítica. Neste caso, a crítica é construída por uma intensificação do papel de animador crescente e sucessiva. Metaforicamente, podemos afirmar que, neste caso, a fronteira entre as ações de concordar e criticar é paulatinamente ultrapassada, até se alcançar a crítica.

Exatamente no ponto em que a crítica é alcançada, Afonso Camargo responde a esta ação: no turno 7, o candidato questiona as ações de Brizola, introduzindo um “metadebate” e encaminhando (à mediadora) um questionamento sobre as regras de gestão do turno.

Portanto, em termos de identidades da estrutura de participação, como na instância anterior, ocorre uma intensificação da animação e uma mitigação da projeção como autor. A rigor, neste segmento, o candidato vitimizado é quase totalmente impedido de se projetar nesse último papel, na medida em que não consegue concluir seu posicionamento. De forma semelhante ao outro exemplo de indetermina-

ção paradoxal, este processo transforma a competência da vítima (como animador de um consenso) em falta de originalidade. Por fim, ainda conforme o exemplo anterior, a indeterminação paradoxal é construída ao longo de sucessivos enunciados e turnos, pelos quais as projeções de identidades são negociadas.

Pela análise, podemos deduzir que intensificar o outro no papel de animador não gera necessariamente uma intensificação da ação de concordar; na verdade, tal intensificação pode resultar exatamente na ação oposta, a de criticar. Podemos, assim, afirmar que, no debate político-eleitoral, a concordância constitui uma crítica em potencial.

3. Considerações finais

Neste artigo, demonstramos que a indeterminação paradoxal entre concordar e criticar em um debate político-eleitoral está condicionada pelos processos de mitigação e intensificação de projeções de identidades discursivo-interacionais, captadas pela noção de *footing*. Nos segmentos analisados, tanto ao concordar quanto ao criticar, o candidato intensifica o adversário como animador e, por contraste, mitiga este mesmo adversário como autor. A análise também apontou como os significados das ações verbais estão entrelaçados, ou seja, ocorrem paradoxalmente em conjunto, vinculados a um mesmo processo de projeções de identidades da estrutura de participação.

Segundo a análise proposta, a fronteira entre concordar e criticar é tênue, porque a distinção entre as projeções de identidades é igualmente sutil: por um lado, intensificar o adversário como animador de um consenso, legitimando-o; por outro lado, intensificar o adversário como mero animador de um consenso, deslegitimando-o como autor de uma proposta original. Esta negociação da estrutura de participação, portanto, constitui, no debate eleitoral, um espaço interacional-discursivo de construção da indeterminação paradoxal entre concordar e criticar. Neste sentido, a análise recupera, para o campo dos

estudos sócio-discursivos, a noção de vulnerabilidade discursiva apontada por Goffman (1974).

Como na análise de Schiffrin (1990), estes processos de mitigação e intensificação de projeções de papéis estão vinculados à negociação da argumentação. No caso do debate eleitoral, os processos de organização do *footing* negociam, ao mesmo tempo, o consenso e a falta de originalidade. Esta negociação envolve dois aspectos: em primeiro lugar, o candidato pode concordar com um consenso sem se comprometer, como responsável, com as propostas do adversário, na medida em que este adversário está mitigado como autor das palavras; em segundo lugar, o candidato transforma a capacidade de o adversário construir um consenso em falta de originalidade.

A análise demonstrou, portanto, o equívoco de se considerar a resolução da indeterminação como condição de comunicação, princípio inerente à noção de “mal-entendido”. Por esta razão, a análise se contrapõe aos estudos oriundos da pragmática griceana, embora estes também admitam a indeterminação como algo inerente à língua em uso.

Por fim, gostaríamos de apontar que, apesar de o presente artigo tratar da indeterminação no âmbito de um evento de natureza conflituosa, é de se supor que os processos aqui analisados possam também ser identificados na construção de outros eventos sócio-culturais, corroborando a visão de Bateson (1972) do paradoxo como inerente à construção de inúmeras instâncias comunicativas. Se as projeções da estrutura de participação trabalham com fronteiras tênues, a indeterminação paradoxal é, de fato, potencial nos limites entre ações verbais específicas em quaisquer eventos sócio-culturais, o que suscita uma reconsideração do *status* do paradoxo nos estudos sócio-discursivos. Tais indeterminações não constituem necessariamente comunicações deficientes, devendo ser consideradas, para efeitos de análise lingüístico-discursiva, como fundamentais à construção do evento em foco. Assim, quais enquadramentos, quais projeções de estrutura de participação e quais ações verbais específicas são potencialmente paradoxais figuram como questões para pesquisas posteriores.

Recebido em junho de 2002.

Referências bibliográficas:

- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballentine, 1972.
- BLUM-KULKA, S. e WEIZMAN, E. The inevitability of misunderstandings: discourse ambiguities. In: *Text 8* (3), 1988, 219-241.
- BROWN, Penelope and LEVINSON, Stephen. *Universals in language usage: politeness phenomena*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CHANG, H. The ‘well-defined’ is “ambiguous” – indeterminacy in chinese conversation. *Journal of Pragmatics*, 31, 1999, 535-556.
- DASCAL, M. Introduction: some questions about misunderstanding. *Journal of Pragmatics*, 31, 1999, 753-762.
- . Defending literal meaning. *Cognitive Science*. 11, 1987, 259-281.
- ERICKSON, F. e SHULTZ, J. *The counsellor as gatekeeper*. New York: Academic Press, 1982.
- FREDSTED, Elin. On semantic and pragmatic ambiguity. *Journal of pragmatics*, 30, 1998, 527-541.
- GOOFMAN, Erving. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- . *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.
- GREEN, G. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: DEEMTER, K. van e PETERS, S. *Semantic ambiguity and underspecification*. Stanford: CSLI, 1996.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da lingüística: pragmática*. São Paulo: ed. do autor, 1980.
- . Meaning. *Philosophical Review*. 67, 1957, 377-88.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.

———. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.

ILLARI, R. A noção semântica de ambigüidade. In: *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. v. 1, nº 1., Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

MARTINS, Carla. A indeterminação do significado nos estudos sócio-pragmáticos: divergências teórico-metodológicas. *D.E.L.T.A. Revista de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. PUC-SP, 18:1, 2002, 87-116.

———. A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. Tese de Doutorado em Lingüística-Filologia.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Indeterminação e contradição: um caso de conflito de papéis sociais. *Intercâmbio*, vol. VIII, 1999, 415-423.

RIBEIRO, Branca T. Framing in psychotic discourse. In: TANNEN, D. (ed.) *Framing in discourse*. New York: Oxford University Press, 1993.

SCHIFFRIN, D. The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A.D. (ed.) *Conflict Talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Referência: qual a referência e como evocá-la? *D.E.L.T.A. Revista de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. PUC-SP, 18: Especial, 2002, 57-85.

TANNEN, D. *That's not what I meant! How conversational style makes and breaks relationships*. New York: Ballantine Books, 1986.

———. Indirectness in discourse – ethnicity as conversational style. *Discourse Processes*. v. 4, n. 3, 1981, p. 221-238.

WAJNRYB, Ruth. Telling it like it isn't – exploring na instance of pragmatic ambivalence in supervisory discourse. *Journal of Pragmatics*, 29, 1998, 531-544.

WEIGANG, Edda. Misunderstanding: the standard case. *Journal of Pragmatics*, 31, 1999, 763-785.

Notas

* Este artigo se baseia na Tese de Doutorado intitulada *A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, em abril de 2001.

1 O debate foi inicialmente gravado em áudio e vídeo, mas foi feita a análise somente do material em áudio. Tal opção não se deu por uma desconsideração do papel desempenhado pela linguagem não-verbal, mas pela necessidade de limitar as variáveis analisadas. O debate foi integralmente transcrito, sendo as pausas, as repetições, os alongamentos, as ênfases, o ritmo de emissão e a entoação de cada intervenção identificados e codificados. As convenções e o método de transcrição seguiram parcialmente o modelo proposto por Ribeiro (1993), tendo sido feitas algumas modificações nos símbolos empregados. Os códigos da transcrição encontram-se em anexo.

ANEXO: Convenções de transcrição

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
..	pausa observada ou quebra no ritmo da fala, com menos de 0,5 segundo
...	pausa de meio segundo, medida com cronômetro
....	pausa de um segundo
(1,5)	números entre parentêses indicam a duração da pausa acima de um segundo durante a fala, medida com cronômetro
.	descida leve (sinalizando final de enunciado)
?	subida rápida (sinalizando uma interrogação)
,	subida leve (sinalizando que mais fala virá)
/	mudança de tom (para mais alto) no enunciado, mantido até a indicação por pontuação (vários destes sinais indicam mudança maior)
\	mudança de tom (para mais baixo) no enunciado, mantido até a indicação por pontuação (vários destes sinais indicam mudança maior)

-	parada súbita
:	alongamento de vogal (um maior número de sinais indica maior alongamento)
<u>Sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULAS	muita ênfase ou acento forte
/palavras/	fala em voz baixa (um maior número de sinais indica uma redução maior)
()	transcrição impossível
(palavras)	transcrição duvidosa
=	não pausa na fala entre dois enunciados
fala 1	falas justapostas
[
fala 2	
[acc]	fala acelerada
[dec]	fala mais pausada
[não-verbal]	descrição dos movimentos não-verbais
←	indica segmento ou local relevante à questão discutida
{continua}	indica continuidade do turno, não reproduzida por não ser relevante para fins de análise
[campainha]	campainha que sinaliza o fim do tempo destinado à fala do candidato